

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Receita Corrente Líquida do Ceará cresce 17,7%, no terceiro bimestre de 2022, puxada pelo aumento dos repasses do FPE

1 . Receitas do 1º e 2º Bimestres de 2022

Pretende-se com esse Enfoque apresentar, de forma resumida, o comportamento das principais fontes de receita do Estado do Ceará nos seis primeiros meses de 2022, detalhando o comportamento em cada bimestre, dando mais ênfase as receitas do terceiro bimestre desse ano, sendo destacado o desempenho da arrecadação vis-à-vis com a dos anos anteriores.

Nesse sentido constata-se, ao inspecionar a Tabela 1 e Figura 1, que a arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) do primeiro bimestre de 2022 foi inferior, porém muito próxima, que a verificada em 2021. Já os dois outros impostos, que constituem a arrecadação própria do Governo do Estado, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e o ITCDD (Imposto de Transmissão de Bens “Causa Mortis”), apresentaram significativo crescimento, quando compara-se o primeiro bimestre de 2022 com o de 2021.

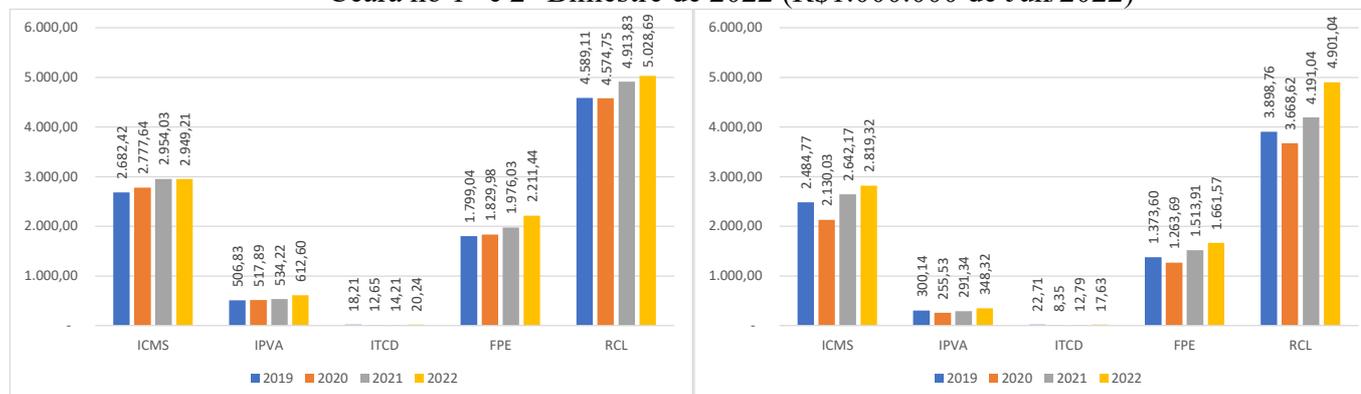
Tabela 1: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 1º e 2º Bimestres: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)

Receita	2019	2020	2021	2022	Δ% 2022/2019	Δ% 2022/2021
1º Bimestre						
ICMS	2.682,42	2.777,64	2.954,03	2.949,21	9,9	-0,2
IPVA	506,83	517,89	534,22	612,60	20,9	14,7
ITCD	18,21	12,65	14,21	20,24	11,2	42,5
FPE	1.799,04	1.829,98	1.976,03	2.211,44	22,9	11,9
RCL	4.589,11	4.574,75	4.913,83	5.028,69	9,6	2,3
2º Bimestre						
ICMS	2.484,77	2.130,03	2.642,17	2.819,32	13,5	6,7
IPVA	300,14	255,53	291,34	348,32	16,1	19,6
ITCD	22,71	8,35	12,79	17,63	-22,4	37,8
FPE	1.373,60	1.263,69	1.513,91	1.661,57	21,0	9,8
RCL	3.898,76	3.668,62	4.191,04	4.901,04	25,7	16,9

Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Figura 1: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 1º e 2º Bimestre de 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)



Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

O FPE (Fundo de Participação dos Estados)¹, que é a segunda maior fonte de receita do Governo do Estado do Ceará, apresentou crescimento de 11,9%, entre os anos de 2022 e 2021. Dado o desempenho das receitas mencionados acima, observa-se que a RCL (Receita Corrente Líquida) do Governo Cearense cresceu 2,3% em relação ao primeiro bimestre de 2021.

Já no segundo bimestre de 2022 constata-se que, ao contrário do bimestre anterior, a arrecadação de ICMS cresceu de forma significativa, quando se compara com o ano de 2021. Quanto ao IPVA constata-se que houve recuperação da arrecadação desse tributo, especialmente após a queda verificada nos anos de 2020 e 2021, no segundo bimestre de 2022, ultrapassando o valor registrado em 2019.

O FPE, por sua vez, cresceu quase 10%, cotejando os valores do segundo bimestre de 2022 com os de 2021. O desempenho dessas receitas contribuiu para o significativo crescimento da RCL estadual, de 16,9%, verificada no segundo bimestre de 2022.

2. Receitas de 3º Bimestre de 2022

Na Tabela e Figura 2 são apresentados os valores arrecadados, no terceiro bimestre de 2022, das principais fontes de receitas do Estado do Ceará, sendo possível observar que nas três primeiras o poder público local possui alguma discricionariedade para estabelecer alíquotas e exercer o poder de fiscalização, no terceiro bimestre de 2022. Como pode-se observar o principal tributo arrecadado pelo Governo do Estado é o ICMS, cuja arrecadação totalizou, em 2022, R\$ 2,9 bilhões. Esse desempenho representa um crescimento de 11,7%, em relação a 2021, e 15,3%, relativamente a idêntico bimestre do ano de 2019.

Deve-se observar que, tanto nos anos de 2020 como 2021, foram adotadas medidas de restrição ao contato social, por conta da pandemia de Covid-19, que afetou a atividade econômica e, consequentemente a arrecadação

¹ O FPE é constituído por uma fração da arrecadação IR (Imposto sobre a Renda) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que são da competência da União, repassados aos entes estaduais por critérios definidos em Lei específica.

estadual, especialmente a do ICMS. Porém, percebe-se facilmente que as medidas sanitárias tomadas em 2021 afetaram a economia de forma menos significativas.

A segunda maior fonte de receita própria, isto é, que depende do esforço de arrecadação local, é o IPVA, que, como pode ser visto na Tabela 2 e Figura 2 a arrecadação desse tributo, aparentemente, não foi afetada de forma significativa pela adoção das medidas de restrição ao contato social.

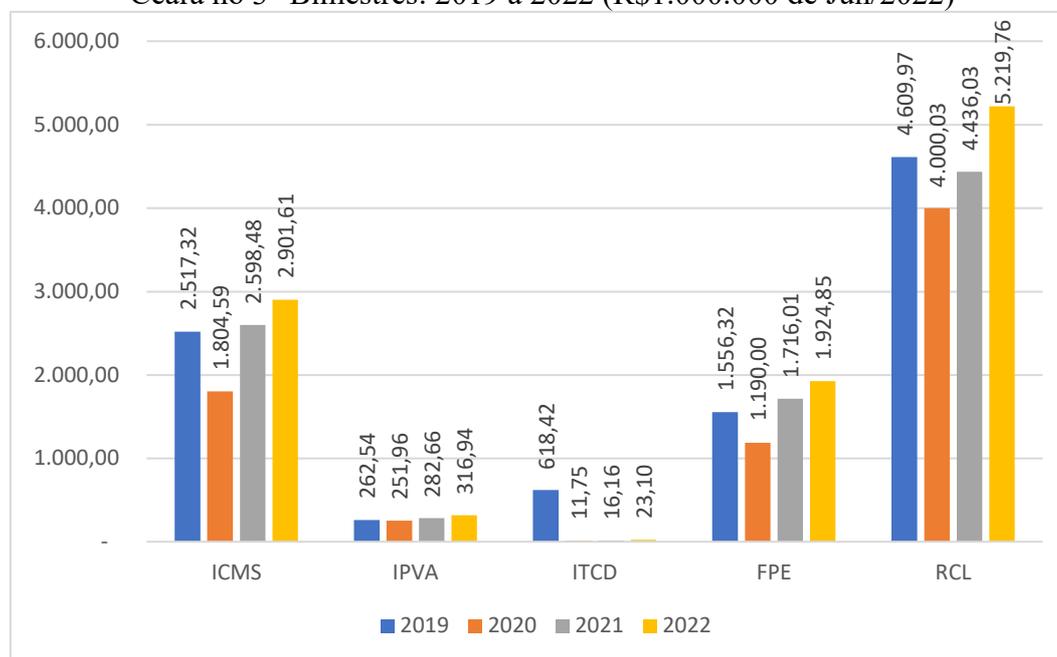
Tabela 2: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 3º Bimestres: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)

Receita	2019	2020	2021	2022	$\Delta\%2022/2019$	$\Delta\%2022/2021$
ICMS	2.517,32	1.804,59	2.598,48	2.901,61	15,3	11,7
IPVA	262,54	251,96	282,66	316,94	20,7	12,1
ITCD	618,42	11,75	16,16	23,10	-96,3	43,0
FPE	1.556,32	1.190,00	1.716,01	1.924,85	23,7	12,2
RCL	4.609,97	4.000,03	4.436,03	5.219,76	13,2	17,7

Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Figura 2: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no 3º Bimestres: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)



Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

O ITCD foi incluído nessa análise por conta de sua significativa arrecadação no ano de 2019 que, provavelmente, decorre da adoção de incentivos para o pagamento de créditos tributários previstos na Lei Estadual nº 16.848/2019.

As receitas provenientes do FPE também foram afetadas pela ocorrência da crise sanitária em decorrência da pandemia de Covid-19, dado que as medidas de restrição ao contato social ocorreram em outros estados

brasileiros, limitando a atividade econômica nacional. Porém é possível destacar que as receitas do terceiro bimestre de 2021 são 44% superiores as verificadas um ano antes e, em 2022, foram 12% maiores em relação a 2021.

Como consequência do comportamento dessas fontes de receitas constata-se, ainda na Tabela 2 e Figura 2, que a RCL (Receita Corrente Líquida) do Governo Cearense, que é a receita disponível para o pagamento das despesas de funcionamento do poder público e para o financiamento de políticas públicas, apresentou significativo crescimento nos terceiros bimestres de 2021 e 2022, sendo, nesse último ano, 17,7% superior ao observado em idêntico período de 2019.

3. Receitas Acumuladas em 2022

Considerando-se as receitas estaduais acumuladas até o final do terceiro bimestre, cujos dados são apresentados na Tabela 3 e Figura 3, constata-se que queda de arrecadação de ICMS, no ano de 2020, decorrentes das medidas sanitárias já referidas, foi superada já no ano de 2021, sendo possível constatar que, tendo por referência o ano de 2019, elas cresceram 12,8% até o ano de 2022.

O IPVA, por sua vez, apresentou uma redução significativamente menor do que aquela do ICMS, no ano de 2020, e apresentou maior crescimento do, tanto no período 2019/2020 como 2022/2021, do que o do imposto sobre o consumo. A redução da arrecadação do IPVA em 2020, provavelmente, deve-se ao fato do pagamento desse tributo ser concentrado nos meses de janeiro e fevereiro, ou seja, antes da adoção das medidas de restrição ao contato social.

Já o ITCD, como mencionado acima, apresentou arrecadação atípica no ano de 2019, porém observa-se um significativo incremento de sua arrecadação nos seis primeiros meses de 2022. Esse fato pode estar relacionado ao incremento do número de óbitos em decorrência da crise sanitária nos anos de 2020 e 2021.

O FPE por sua vez apresentou crescimento significativo no ano de 2022, tanto com relação ao ano anterior como com relação a 2019, sendo seu desempenho bem superior ao do ICMS. Esse fato sugere que houve incremento da dependência do Governo do Ceará relativamente a receitas transferidas pela União. Esse fato deve ser objeto de uma investigação mais minuciosa para ser explicado.

Dado o comportamento dessas fontes de receitas constata-se que houve crescimento da RCL do Estado do Ceará nos seis primeiros meses de 2022, sinalizando que, ao menos do ponto de vista das receitas, que o poder público local passa por um momento fiscal com menor nível de restrições do que aquele presenciado no ano de 2020. Porém deve-se destacar que para um melhor diagnóstico da situação fiscal do Estado é necessário analisar o comportamento de vários outros indicadores fiscais.

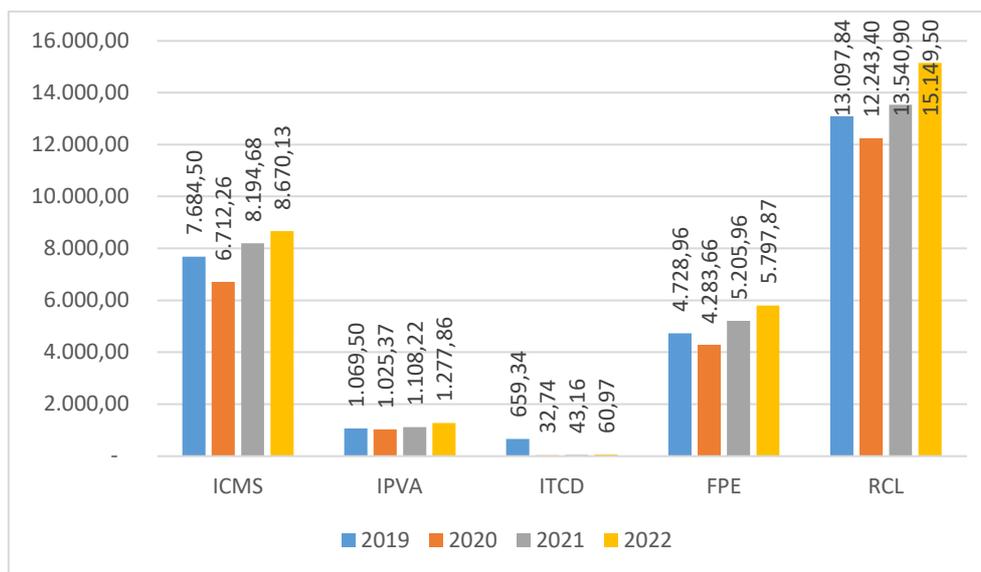
Tabela 3: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Semestre: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)

Receita	2019	2020	2021	2022	Δ% 2022/2019	Δ% 2022/2021
ICMS	7.684,50	6.712,26	8.194,68	8.670,13	12,8	5,8
IPVA	1.069,50	1.025,37	1.108,22	1.277,86	19,5	15,3
ITCD	659,34	32,74	43,16	60,97	-90,8	41,3
FPE	4.728,96	4.283,66	5.205,96	5.797,87	22,6	11,4
RCL	13.097,84	12.243,40	13.540,90	15.149,50	15,7	11,9

Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Figura 3: Principais Receitas do Governo do Estado do Ceará no Primeiro Semestre: 2019 a 2022 (R\$1.000.000 de Jun/2022)



Fonte: SEFAZ/Ce

OBS.: Atualizado pelo IPCA

Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Adriano Sarquis B. de Menezes – Secretário Executivo de Gestão

Sandra Gomes de Matos Azevedo – Secretária Executiva de Políticas Estratégicas para Lideranças

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Maria Esther Frota Cristino

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 237 – Agosto/2022

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Título: Comportamento das Principais Receitas do Governo do Ceará no Terceiro Bimestre de 2022

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)